

## Urnas e saias: uma mistura possível. A participação feminina no pleito eleitoral de 1933, na ótica do jornal *Correio do Povo*<sup>1</sup>

Mônica Karawejczyk

Três de maio de 1933. Amanhece uma linda manhã de quarta-feira em Porto Alegre. É o dia das eleições para a Assembleia Constituinte, em todo o território nacional. A edição do *Correio do Povo* de 5 de maio, a primeira depois das eleições, dedica quatro páginas (de um total de 14) a comentar os eventos ocorridos no país. Em todas elas, o elemento feminino é saudado pelo entusiasmo com que compareceu ao pleito eleitoral. Afinal, esta é a primeira eleição em que as mulheres puderam participar. Uma conquista feminina inegável, fazendo com que o Brasil se transformasse num dos países pioneiros na concessão do voto para as mulheres.

O sufrágio universal e a igualdade do voto só foram conquistados, de uma maneira geral, nas primeiras décadas do século XX.<sup>2</sup> Na América Latina, o Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer esse direito às mulheres.<sup>3</sup> Contudo, um longo caminho teve que ser percorrido desde as parcas manifestações ocorridas ao longo do século XVIII e XIX – em prol do direito de votar e ser votada – até a sua conquista. Acredito que este momento é propício para uma reflexão sobre o tema, uma vez que, em 2012, serão comemorados os oitenta anos da inclusão feminina no processo eleitoral brasileiro.

As discussões sobre o estabelecimento do sufrágio feminino começaram com a Proclamação da República e, de modo mais específico, a partir de 1891, quando foi estabelecido o voto universal masculino na Constituição. Letícia Bicalho Canêdo chama a atenção para o fato de que

foi o aparecimento do voto individual masculino que trouxe “uma visibilidade sem precedente para a separação política entre os homens e as mulheres”, em razão da não-inclusão das mulheres no corpo eleitoral. Mais do que a exclusão, (...) é a não-inclusão que começou a ser questionada e se transformou em luta política parlamentar e, sobretudo, intelectual.<sup>4</sup>

Assim, ficou estabelecido no artigo 70 da Primeira Constituição Republicana que: “são eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da Lei”. June Hahner aponta que “por décadas consecutivas, esse artigo seria interpretado como excluindo as mulheres, de vez que não se achavam especificamente incluídas”.<sup>5</sup> Apesar de frustradas as expectativas no primeiro período republicano, a questão da inserção feminina no pleito eleitoral passou a pauta das discussões na imprensa até a sua conquista em fevereiro de 1932, tal como informa Walter Porto.<sup>6</sup>

Getúlio Vargas, ao assumir a chefia do Governo Provisório, designou pelo Decreto nº. 19.459, de 6 de dezembro de 1930, uma subcomissão legislativa para estudar e propor a reforma da lei e do processo eleitorais. Com o novo Código Eleitoral, todo o sistema eleitoral<sup>7</sup> foi reformulado e a inserção feminina foi aprovada. Um fato que chama a atenção é que o alistamento feminino para as eleições era facultativo. Somente com o término do Estado Novo, em 1945, e a feitura de nova Constituição é que ele passou a ser obrigatório.

Começamos, então, a entender como se processaram as eleições de 3 de maio de 1933, que marcam o início da participação feminina nas pugnas eleitorais em todo o território brasileiro. O Código Eleitoral de 1932 pretendeu aumentar o número de eleitores inscritos no país com algumas medidas, tais como a extensão do direito do voto às mulheres, a obrigatoriedade do voto para os homens e para as funcionárias públicas, bem como o alistamento eleitoral *ex-officio*, ou compulsório.<sup>8</sup> As eleições de 1933, as primeiras realizadas após a criação da Justiça Eleitoral, também foram

saudadas como “eleições verdadeiras” em que os eleitos se tranquilizaram com os reconhecimentos entregues exclusivamente à magistratura. Desaparecera, segundo os comentaristas, a desmoralização dos reconhecimentos políticos, das degolas eleitorais e da falsificação do voto.<sup>9</sup>

Quanto ao comparecimento dos eleitores nesta eleição, alguns autores procuram acentuar o reduzido índice de participação popular. Letícia Canêdo, apresenta dados para a Primeira República, salientando que “quase 80% da população brasileira estava afastada, pelas leis republicanas, do direito ao voto”.<sup>10</sup> Jairo Nicolau destaca que, na eleição de 1933, a participação popular continuou tão baixa quanto no período anterior, na Primeira República, chegando a mobilizar apenas 3,3% da população brasileira.<sup>11</sup> Entretanto, esses autores parecem se esquecer que tal índice não se distanciava das votações ocorridas durante o período da Primeira República. Fazem suas afirmações e comparações, baseados nos dados eleitorais da eleição ocorrida em 1945, que já contava, tanto com um *sistema eleitoral*,<sup>12</sup> quanto com uma percepção das eleições diferenciada da praticada até a década de trinta. Afinal, as eleições de 1945 foram as primeiras a se realizar após longos oito anos de um regime de exceção como o Estado Novo.

Acredito, assim, ser um tanto discutível este tipo de comparação. Não considero apropriado comparar a eleição de 1933 com a de 1945, mas sim, compará-la com as eleições ocorridas durante a vigência de Primeira República, por exemplo, com a eleição de Washington Luís, para a presidência da República, em 1926, e que levou às urnas aproximadamente 700 mil votantes, ou seja, 2,3% da população brasileira. Ou ainda, com a eleição de 1930, que elegeu o paulista Júlio Prestes como presidente do país, e que supostamente levou às urnas 1,9 milhões de votantes, isto é, 5,7% da população brasileira, conforme dados de Joseph Love.<sup>13</sup>

Os dados recolhidos sobre o pleito de 1930 também devem ser analisados levando-se em consideração, tanto as manipulações feitas nas listas eleitorais, quanto às fraudes praticadas no antigo sistema, antes da criação da Justiça Eleitoral, o que pode demonstrar uma participação efetiva muito menor do que a divulgada.

### Examinando o *Correio do Povo*

O jornal *Correio do Povo* de Porto Alegre foi escolhido para ser a fonte desta pesquisa sobre o voto feminino por ser considerado, de uma forma geral, como o periódico de maior circulação e credibilidade do sul do país na década de 1930.<sup>14</sup> Segundo informa Francisco Rüdiger, o *Correio do Povo* é visto como um dos principais representantes do “jornalismo moderno no Rio Grande do Sul”. O periódico fundado em 1º de outubro de 1895, por Caldas Júnior, nasceu com a intenção de se ser um jornal apolítico, “não-comprometido com a política, mas somente com a causa pública”.<sup>15</sup> Vinte e cinco anos depois de sua fundação, na década de vinte, o *Correio do Povo* já aparece, segundo Rüdiger, como

a vanguarda do nosso jornalismo, seja pelos moldes verdadeiramente capitalistas de sua organização empresarial, seja pelo novo conceito jornalístico que, respondendo às novas demandas do tempo, estava se consolidando na sociedade. (...) os jornais eram apenas veículos imparciais de informações, responsáveis pelo registro nervoso dos dias em curso e a divulgação profissional e verídica dos acontecimentos.<sup>16</sup>

Assim, de acordo com Rüdiger, passa-se da fase jornalística político-partidária – na qual se observa uma vinculação clara dos jornais e das matérias ali veiculadas com um partido político – para um jornalismo mais moderno e informativo; nesta perspectiva, o *Correio do Povo* conquistou rapidamente a hegemonia no mercado de jornais.

Com a morte do seu fundador, em 1913, o periódico passa a ser propriedade da sua viúva, Dolores Alcaraz Caldas, que coloca seus irmãos na direção do jornal;<sup>17</sup> em 1933, José Alexandre Alcaraz era o diretor do *Correio do Povo*. Nos anos de 1920, o *Correio do Povo* passara a ter uma tiragem de vinte mil exemplares diários e, apenas dez anos depois, alcançava a supremacia no Rio Grande do Sul, com mais de 35 mil exemplares, ao dia. Assim, constata-se que, da sua fundação até a década de 1930, o jornal conquistou

um lugar de destaque entre os periódicos gaúchos, chegando a sua história a ser descrita como a “própria história do Rio Grande”,<sup>18</sup> e passando a ser conhecido pela frase: “Se deu no Correio, é Verdade”.

Assim, passemos, agora, a analisar o que foi publicado no referido periódico, no mês de maio de 1933. Foram selecionadas para este intento as edições dos dias 3, 5, 7 e 9 que concentraram a maioria do material sobre as eleições para a Assembleia Constituinte. Mas, outras edições também foram examinadas, quando necessário.

### As eleições: texto e contexto

Pelo que foi veiculado no *Correio do Povo* de 3 de maio – matéria de capa, em destaque –, mais de 1 milhão e 200 mil eleitores qualificaram-se para votar. Desta notícia, destaca-se que o Rio Grande do Sul aparece em quinto lugar, quanto ao número de eleitores qualificados para a votação. Estes dados são apresentados para que o leitor possa ter uma ideia mais precisa da participação ativa do Rio Grande do Sul no alistamento para as primeiras eleições da República Nova, podendo ser visualizadas abaixo:

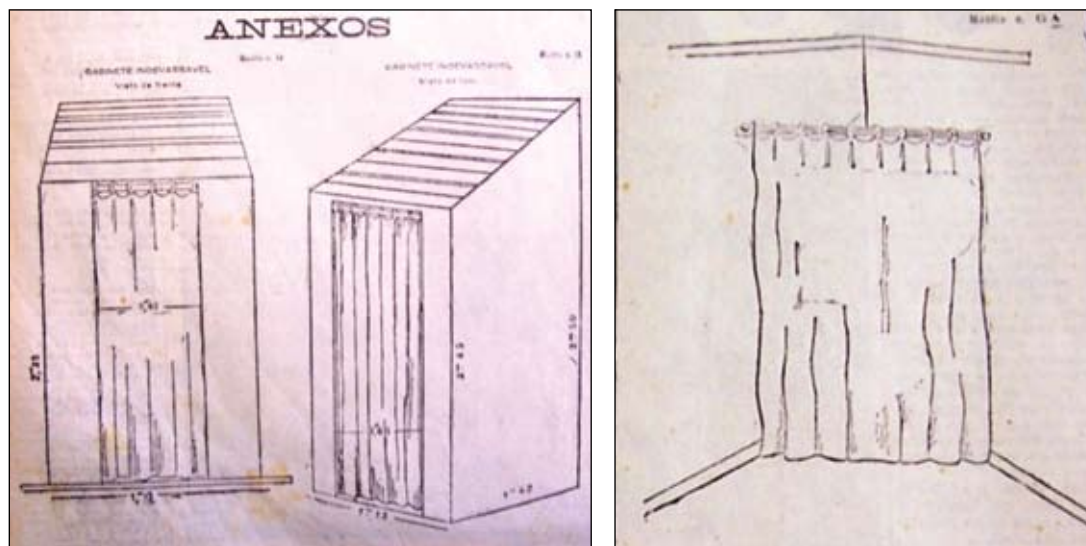
#### Número de eleitores alistados por Estado (eleições de 3 de maio de 1933)

Estado	Nº de eleitores
Minas Gerais	311.374
São Paulo	273.251
Bahia	91.118
Distrito Federal	84.756
Rio Grande do Sul	77.369
Rio de Janeiro	69.522
Pernambuco	69.318
Santa Catarina	36.187
Paraná	34.120
Ceará	30.478
Paraíba	29.664
Pará	28.990
Espírito Santo	28.474
Alagoas	23.472
Sergipe	23.460
Rio Grande do Norte	18.959
Goias	16.114
Maranhão	12.432
Piauí	10.462
Mato Grosso	8.788
Amazonas	4.380
Acre	1.943
Total Geral	1.284.904

Fonte: *Correio do Povo*, 3 de maio de 1933, p. 1.

Nas mudanças empreendidas no sistema eleitoral, o governo teve o cuidado de fazer uma nova convocação dos eleitores, de exigir uma nova confecção de títulos eleitorais (agora com foto) e aplicar o voto secreto. Todas essas medidas foram adotadas numa tentativa de coibir a fraude.

Apresento, agora, uma matéria de 19 de abril de 1933, intitulada *O Pleito do Próximo dia 3 de Maio*, para ilustrar a importância e o destaque que o *Correio do Povo* deu ao tema das eleições. Os leitores do jornal, além de ficarem a par das mudanças ocorridas no sistema eleitoral, também puderam conhecer os modelos das folhas de votação, assim como a aparência dos então chamados “gabinetes indevassáveis de votação”.



Figuras 1 e 2: Modelos dos gabinetes de votação. Fonte: *Correio do Povo*, 19 de abril de 1933, p. 10.



Figura 3: Flagrante de uma senhora saindo de um dos gabinetes eleitorais com seu envelope de votação.  
Fonte: *Correio do Povo*, 5 de maio de 1933, p. 8.

A matéria coloca em destaque uma das novidades do pleito de maio, o voto secreto. O modelo do gabinete pode ser visualizado, acima, nas Figuras 1 e 2. Na Figura 3, pode-se constatar como tal modelo foi empregado na prática nos locais de votação.

Concorreram ao cargo de deputado à Assembleia Nacional Constituinte 802 candidatos em todo o território nacional, em disputa por 214 cadeiras. No *Correio do Povo* de 29 de abril, foi publicada uma matéria, em destaque, com o nome dos 36 candidatos pelo Rio Grande do Sul a uma vaga de deputado

constituente. Segundo dados apresentados por Héglio Trindade e Maria Izabel Noll, o Rio Grande do Sul tinha direito a 16 cadeiras na Assembleia Constituinte, sendo que, destas, o Partido Republicano Liberal (PRL) conquistou 13 vagas e a Frente Única Gaúcha (FUG) somente 3.<sup>19</sup> A Liga Eleitoral Católica (LEC) apoiou os candidatos do PRL, graças ao compromisso formal assumido pelo partido situacionista de introduzir em seu programa os “pontos mínimos” estabelecidos pela LEC.<sup>20</sup>

O grande destaque dessa eleição é a presença feminina. Pelo menos, é o que se pôde observar na leitura do *Correio do Povo*. Tal fato foi muito mais comentado nas páginas do jornal do que o voto secreto, a outra grande inovação do pleito. Kelly Cristina Nascimento constatou uma situação diferente, nas mesmas eleições, no Estado de Minas Gerais:

(...) em ocasião da reforma eleitoral estabelecida pelo governo provisório de Getúlio Vargas, não encontramos nos documentos analisados, nenhuma referência à extensão dos votos às mulheres. A imprensa mineira acompanhava passo a passo o andamento da reforma e publicava artigos e entrevistas dos líderes políticos que davam sua opinião sobre as principais questões da reforma, principalmente em relação ao voto secreto. Quando a mesma foi instituída, todos os jornais de grande circulação no Estado divulgaram as principais mudanças que teriam sido aprovadas, mas em nenhum momento a questão do voto feminino foi apresentada, mesmo sendo esta uma das modificações ocorridas.<sup>21</sup>

A apuração das eleições se iniciou em 4 de maio, em praticamente todo o território nacional, e se encerrou em 22 de junho de 1933. O Rio Grande do Sul contou com nove turmas apuradoras, tal como consta no *Correio do Povo* de 23 de junho. Era publicado quase diariamente um boletim nas páginas do jornal, com os resultados parciais da apuração das eleições, o que parece comprovar um razoável interesse pelo resultado do pleito, entre a população de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul, de um modo geral.

O novo *mapa eleitoral* do Brasil é publicado em 17 de março de 1934, na primeira página do *Correio do Povo*, em uma pequena notícia sem destaque. Notam-se certas discrepâncias em relação aos dados anteriormente publicados no jornal. Todavia, atente-se para o fato de que essa notícia foi apresentada em março de 1934, portanto, quase um ano depois das eleições, de modo que o novo mapa eleitoral brasileiro mostra dados mais completos sobre as eleições de 1933. Através de sua leitura, ficamos a par de que o Brasil foi dividido em 753 zonas eleitorais, com 1400 cartórios. Nas eleições para deputado constituinte inscreveram-se 1.466.700 eleitores, dos quais compareceram 1.222.624, sendo considerados válidos 1.157.761 votos. Das 5.411 mesas receptoras de votos, funcionaram efetivamente 5.365. Concorreram às eleições 1040 candidatos, incluídos neste número os candidatos avulsos (sem partido). A percentagem de comparecimento foi de aproximadamente 80% em todo o território nacional, segundo informações dadas ao jornal pelo secretário do Supremo Tribunal Eleitoral.<sup>22</sup>

Apesar de algumas seções eleitorais terem sido anuladas (todas devidamente noticiadas pelo *Correio do Povo*) e, até mesmo, ter ocorrido a anulação das eleições em alguns estados da federação, como Espírito Santo, Mato Grosso e Santa Catarina, estes fatos não comprometeram os resultados eleitorais de forma significativa, pois foram convocadas novas eleições naqueles estados.<sup>23</sup>

Segundo informa Ângela de Castro Gomes, “(...) os resultados eleitorais asseguraram ampla vitória dos situacionismos estaduais, configurando uma Assembleia Constituinte caracterizada pela dominância de tendências governistas”.<sup>24</sup> A eleição de maio de 1933 utilizou como sistema eleitoral a representação proporcional que, de acordo com o comentário de Jairo Nicolau,

tem duas preocupações fundamentais: assegurar que a diversidade de opiniões de uma sociedade esteja refletida no Legislativo e garantir uma correspondência entre os votos recebidos pelos partidos e sua representação. (...) Os sistemas proporcionais procuram garantir uma equidade matemática entre os votos e as cadeiras dos partidos que disputaram uma eleição. Por exemplo, um partido que recebesse 15% dos votos ficaria com um percentual de representação próximo a 15%.<sup>25</sup>

O sistema de representação proporcional tem duas variantes, o *voto único transferível* e o *sistema de listas*. Este último é o que foi empregado nas primeiras eleições para deputado constituinte da República Nova, de modo que “(...) cada partido apresentaria uma lista de candidatos para as eleições, e a distribuição das cadeiras em disputa seria feita de acordo com os votos dados em cada lista partidária”.<sup>26</sup>

Em relação ao Rio Grande do Sul, Hélgio Trindade e Maria Izabel Noll informam que, até 1940, a principal característica do eleitorado do estado era ser um “eleitorado não cidadão”, dedicado a atividades eminentemente agropastoris.<sup>27</sup> De modo que a população rural do estado girava em torno de 73,56% em 1920, permanecendo alta ainda no ano de 1940, em torno de 68,84% (estas datas são destacadas por serem as únicas de que se têm dados estatísticos; na década de 1930, não ocorreu censo no Brasil). A reforma eleitoral, ocorrida em 1891, com a troca de sistema de governo, acarretou uma “profunda redução da arena política, gerando, através da cassação do voto do analfabeto, uma concentração do eleitorado, que se manterá até o Estado Novo”.<sup>28</sup> Segundo estes autores, o Rio Grande do Sul tem um *perfil político* singular em termos brasileiros, ressaltando a *estabilidade*, a *coerência* de seus padrões eleitorais e a *valorização* constante dos *partidos políticos*.

No dia 5 de julho de 1933, são proclamados os candidatos eleitos no Rio Grande do Sul pelo Tribunal Regional Eleitoral.<sup>29</sup> A terceira Assembleia Nacional Constituinte brasileira é instalada no Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, e começa os seus trabalhos a 15 de novembro de 1933. Os deputados constituintes passam, então, a discutir e propor emendas ao anteprojeto constitucional elaborado pela assim chamada “subcomissão do Itamarati”.<sup>30</sup> Depois dessa breve introdução passemos às imagens divulgadas pelo *Correio do Povo* sobre as eleições de 1933, sobretudo em relação à presença feminina no pleito.

### Imagens do pleito: a participação feminina

As primeiras imagens foram veiculadas logo após as eleições e publicadas na edição de nº. 104 do ano 39 (5/5/1933) do *Correio do Povo*. Já na sua primeira página pode-se ler: “Segundo notícias chegadas ao Rio correram normalmente as eleições em todo o país”. A capa desta edição se dedica a noticiar, não só o dia das eleições na Capital Federal, como também o dia seguinte ao encerramento da votação. Na primeira e na segunda coluna, são publicados em destaque os dizeres: “Observa-se entusiasmo”; “Em perfeita ordem”; “A eleição prossegue animada”. Estes são os pontos salientados exaustivamente em todas as notícias da eleição: **ordem e entusiasmo**. A votação é acompanhada, desde o seu início, até o encerramento dos trabalhos das mesas eleitorais; as notícias foram enviadas da Capital Federal a Porto Alegre, diretamente ao *Correio do Povo*, através do serviço de telégrafo, pelos seus correspondentes no Rio de Janeiro.

A participação feminina no pleito eleitoral é informada nesta edição. Por exemplo, na primeira coluna se pode ler: “Às 10:30 horas, em todas as secções do centro urbano, que se acham repletas, os trabalhos das eleições corriam perfeitamente, notando-se até cordialidade entre os eleitores. Poucas senhoras aquella hora tinham comparecido”, aspecto que mereceu destaque pelo redator da notícia que, mais adiante, informa:

Até às 13 horas, quando percorremos mais algumas secções, nada havia a registrar senão perfeita ordem, tanto no centro como nos arrabaldes e suburbios. (...) Os collegios eleitoraes offerecem um aspecto que se poderia dizer, alegre. Os eleitores do sexo feminino, que pareciam arredios, affluiram às respectivas secções e encorajados e confiantes esperam pacientemente sua vez de votar. Quase ninguem demora mais de um minuto na execução das formalidades do voto. Algumas secções teem senhoras e senhoritas como mesários. Não há ostentação de forças.<sup>31</sup>

No prosseguimento da matéria, na coluna dois, o jornalista informa: “A maior divergência observada entre o pleito de hoje e os de outrora, consiste na presença de numerosos elementos femininos.” Já na coluna quatro se pode ler, sob o título de *Um trote feminista*, que foram destinadas mesas de votação exclusivas para as mulheres, pelo menos na Capital Federal. Acompanhemos esta notícia na íntegra:

RIO, 4 (C.P.) – Sahiram quasi todos os matutinos. Nas longas e minuciosas reportagens, como nos editoriais, confirmam integralmente as informações que antecipamos sobre a boa ordem do pleito aqui e nos Estados. Compareceram 71.017 eleitores no Districto Federal, verificando-se, assim, uma abstenção insignificante que hontem consignamos. Em varias secções, verificou-se o facto de não faltar nenhum eleitor. Em telegramma de ante-hontem, informamos haverem sido localizados numa secção do Meyer 400 eleitores femininos.

Esse facto determinou scenas hilariantes, por terem ali comparecido cinco cavalheiros com nomes epice-nos, taes como Athayde, Guaracy, Sylla, etc., determinando confusão. Foram chamados de intrusos pelas eleitoras donas da secção.

Um delles, não tendo coragem sufficiente para resistir ao “trote”, retirou-se sem votar.

Muitas senhoras declararam aos reporters terem riscado das chapas ou que negaram votos aos candidatos do seu sexo.

Nessa secção faltaram, apenas, 23 eleitoras.<sup>32</sup>

É interessante verificar como, em poucas linhas, o enfoque dado pelo jornalista tende a ridicularizar o assim chamado “elemento feminino” nas eleições. Além da seção eleitoral exclusiva para mulheres, também é destacada a hostilidade feminina quanto aos desafortunados homens que tiveram a infelicidade de se dirigirem a esta seção eleitoral. Outro fato que merece destaque, por parte do jornalista, é que as mulheres não votaram nas candidatas que concorriam ao pleito: “Muitas senhoras declararam aos repórteres terem riscado das chapas ou que negaram votos aos candidatos do seu sexo”. O redator, provavelmente, enfatizava um aspecto, por ele, considerado importante: a falta de coesão entre as mulheres que, apesar de poderem votar, posicionavam-se contra a possibilidade de o seu próprio sexo exercer um cargo político. Fica, entretanto, a pergunta: estas palavras poderiam expressar uma opinião corrente, ou seriam apenas considerações do próprio jornalista? Observe-se, ainda, que a última frase da notícia diverge do que o jornalista dizia anteriormente, ou seja, de que praticamente não houve abstenções nas seções eleitorais.

Nesta notícia, pode-se verificar uma das formas empregadas para se dar destaque a certos fatos em detrimento de outros, que não se consideram relevantes. O jornalista produz uma informação, a partir de uma seleção, entre dezenas, senão uma centena de acontecimentos, escolhendo o que deve ser elevado à categoria de fato a ser transmitido aos seus leitores nas folhas. Assim, apesar do redator dessas linhas dar relevo ao tema do sufrágio feminino, o faz em tom de galhofa, dando a entender que as mulheres não estão preparadas para assumir plenamente a sua cidadania política.

Na primeira página da edição de 5 de maio de 1933, também foi publicado um total de cinco imagens referentes ao dia de votação no país. A única que retrata mulheres é que mostramos na Figura 4, e que passo a analisar com mais vagar. Esta imagem destaca a seção eleitoral do bairro do Méier, no Rio de Janeiro, mencionada na matéria, dedicada ao eleitorado feminino. Chama atenção a escolha do momento retratado. Como interpretar tal imagem? Concordo com Ana Maria Mauad que “a imagem não fala por si só; é necessário que as perguntas sejam feitas”.<sup>33</sup> Considero que as imagens devem ser integradas e interpretadas no *fazer história*, tal qual o documento escrito ou, em outras palavras, como uma representação, motivo pelo qual se fará uma breve consideração sobre uma das formas de se incorporar este tipo de fonte documental às pesquisas históricas, antes de iniciar a análise da Figura 4.

Boris Kossoy traz uma importante contribuição a este tema ao esclarecer que, para ele, “o documento fotográfico é uma representação a partir do real, uma representação onde se tem registrado um aspecto selecionado daquele real, organizado cultural, técnica e esteticamente, portanto ideologicamente”.<sup>34</sup> É desta perspectiva que as imagens fotográficas examinadas, ao longo deste texto, são analisadas.

A importância de se fazer uma análise mais minuciosa das imagens encontradas se dá no sentido de que, como indica Kossoy, “a imagem fotográfica fornece provas, indícios, funciona sempre como documento iconográfico acerca de uma dada realidade. Trata-se de um testemunho que contém evidências sobre algo”.<sup>35</sup> Pode-se considerar que a imagem fotográfica é, ao mesmo tempo, ícone e índice, como sustenta Philippe Dubois,<sup>36</sup> pois guarda uma marca, um traço, um rastro do real, que deixou suas mar-

cas no papel fotográfico, nas páginas do jornal; e, por isto mesmo, traz em si a ideia de semelhança com o real, confundindo-se mesmo no senso comum, com o real, seu referente.



Figura 4: Seção feminina no Méier. Na escola S. Paulo, no Méier, onde funcionou uma seção exclusivamente feminina. A primeira eleitora que votou e outras aguardando a vez de fazê-lo.

Fonte: *Correio do Povo*, 5 de maio de 1933, p. 1, colunas 7-9.

Tratando de modo específico da fotografia jornalística, Roland Barthes no seu ensaio *A mensagem fotográfica*, aponta para o que ele chama de “paradoxo fotográfico” e para o cuidado que se deve ter ao analisar tais imagens. O autor trata a fotografia dentro de um duplo modo de ver, a maneira objetiva da denotação e a função subjetiva dada ao leitor, ou a conotação. Também salienta que, na análise da mensagem fotográfica, deve-se trabalhar com ambos os aspectos, ou seja, com a denotação pura e simples da fotografia como um registro, e com a conotação, isto é, “a imposição de um sentido, segundo a mensagem fotográfica propriamente dita, [e que] elabora-se nos diferentes níveis de produção da fotografia (escolha, processamento técnico, enquadramento, diagramação)”<sup>37</sup>

Para as imagens apresentadas pelo *Correio do Povo* sobre o tema da participação feminina no pleito eleitoral, procurei também fundamentar esta análise na metodologia apresentada, por Ana Maria Mauad, no capítulo “Fotografia e História”, em *A leitura de imagens na pesquisa social*, e no artigo “Através da imagem: fotografia e história. Interfaces”. Neste, a autora comenta uma das formas de se trabalhar com as imagens fotográficas, denominando seu método de “metodologia histórico-semiótica” e salientando que:

a fotografia deve ser concebida como uma mensagem que se organiza a partir de dois segmentos: expressão e conteúdo. O primeiro envolve escolhas técnicas e estéticas, tais como enquadramento, iluminação, definição da imagem, contraste, cor, etc. Já o segundo é determinado pelo conjunto de pessoas, objetos, lugares e vivências que compõem a fotografia.<sup>38</sup>

Quanto ao item **conteúdo**, Mauad indica como pontos básicos para a análise de fotografias a descrição de alguns elementos, tais como: o local, o tema, as pessoas, os objetos retratados, ou seja, os atributos das pessoas e da paisagem, além do período retratado (dia/noite). Sobre o item **expressão**, a autora aponta para o formato ou tamanho da foto, os enquadramentos, o tipo de foto (posada ou instantânea) e a nitidez. Na medida do possível, procurei seguir estas recomendações na análise das imagens aqui apresentadas.

Tendo em mente todas as ponderações e cuidados apresentados até aqui, pode-se, agora, examinar a cena mostrada na Figura 4. De um total de cinco fotografias publicadas na primeira página da edi-



ção de 5 de maio, esta é a maior, ocupando o espaço de três colunas. Ela retrata um instantâneo de um ambiente interno, com um número elevado de mulheres, todas de pé, algumas sorrindo, outras com feições que aparentam preocupação. Quase todas estão voltadas para o mesmo lado, como à espera de algo; apenas uma aparece de costas, talvez seja a “primeira eleitora que votou”, como informa a legenda. O aspecto que se salienta nesta composição é a ordem no recinto: todas estão pacientemente esperando algo, talvez a sua vez de votar.

Deve-se levar em consideração que, sem a legenda, não se poderia identificar o assunto retratado, isto é, uma seção eleitoral feminina no bairro do Méier, em dia de eleição. Trata-se de um exemplo claro das formulações de Barthes, sobre a relação texto/imagem:

na maioria das vezes o texto limita-se a ampliar um conjunto de conotações já incluídas na fotografia; mas, por vezes, também o texto produz (inventa) um significado inteiramente novo, que é, de certo modo, projetado retroativamente na imagem, a ponto de nela parecer denotado.<sup>39</sup>

No caso da Figura 4, a palavra dá um significado direto à mensagem fotográfica, fornecendo uma “história” para a imagem e a colocando no contexto do dia da votação. Como bem salienta Kossoy,

por meio da composição imagem-texto, *um conteúdo transferido de contexto*: um novo documento é criado a partir do original visando gerar uma diferente compreensão dos fatos, os quais passam a ter uma nova trama, uma nova realidade, *uma outra verdade*. Mais uma *ficção documental*.<sup>40</sup>

É, no mínimo, curiosa a escolha de tal imagem para ilustrar a primeira página da edição que noticiava as eleições. Ela não retrata diretamente as mulheres votando, mas a sua espera para votar, e como já destaquei, se não se contasse com a ajuda da legenda, não se saberia a que fato esta imagem se refere. As páginas oito e nove dessa edição também são totalmente dedicadas às notícias sobre as eleições. A página oito noticiava o dia do pleito em Porto Alegre e a página nove é dedicada ao interior do estado do Rio Grande do Sul. Ambas compartilham o mesmo título, ocupando, cada uma, toda a parte superior da sua respectiva página, a saber: “Realizaram-se, ante-hontem, as eleições para a Constituinte”.

A página oito tem ainda dois subtítulos em ordem decrescente de tamanho. O principal, logo após o título, é “O pleito que decorreu com grande entusiasmo, processou-se em boa ordem”, seguido em letras menores por “Foi intenso o movimento em todas as seções da capital – Alguns episódios interessantes – Votam as altas autoridades – A primeira vitória do feminismo no Brasil – Outras notas”.

Como informa Jorge Pedro Sousa, o título em um jornal tem a função de atuar como ponto de entrada nas páginas e é um dos primeiros elementos, junto com as imagens, de atração ou rejeição do leitor para comprar o jornal, ou mesmo para ler a matéria.<sup>41</sup> No caso aqui exposto, é evidente que a edição de 5 de maio pretende informar sobre as eleições no país. Contudo, não deixa de ser intrigante o fato de que o *Correio do Povo* procure atrair a atenção do seu leitor/comprador, com as notícias da Capital Federal (publicadas na primeira página), e dedique espaços internos menos nobres para noticiar o processo de votação no seu próprio estado, o Rio Grande do Sul. Em quase todas as colunas da página em questão, tem-se menções, como referido no subtítulo da página, às mulheres que participam do pleito. Mais uma vez é dada ênfase à ordem com que transcorreram as eleições. Esta página igualmente traz um conjunto de fotografias, com imagens de flagrantes das eleições, tal como se pode observar na Figura 5.

Mônica Karawejczyk

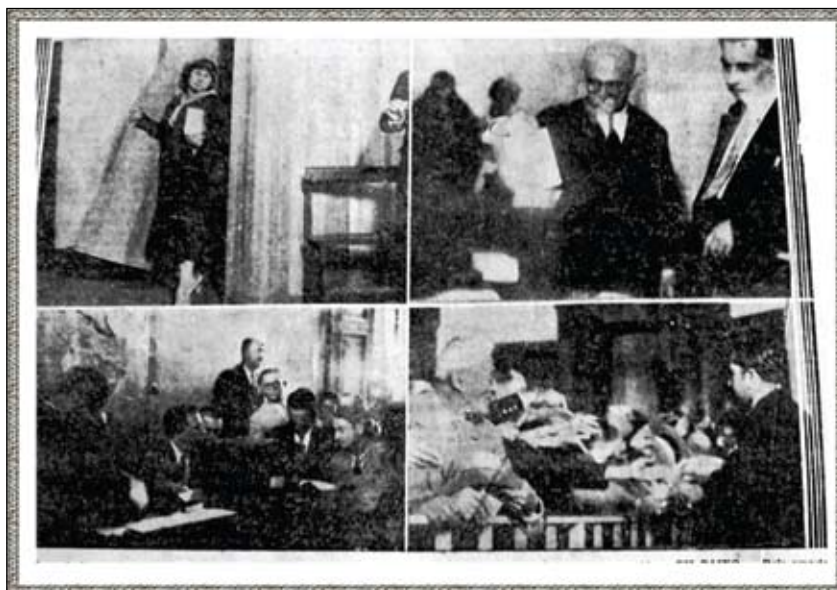


Figura 5: Flagrantes do dia da votação em Porto Alegre. Ao alto – O dr. José Montauray, ex-intendente no momento de votar e uma eleitora saindo do interior de uma cabina. Em baixo – Dois aspectos em mesas eleitoraes.

Fonte: *Correio do Povo*, 5 de maio de 1933, p. 8.

Verifica-se a inserção de um conjunto de quatro fotografias, todas do mesmo tamanho e formato (retangular), ocupando as quatro colunas centrais da página (aproximadamente 200 linhas), de forma que nenhuma das imagens retratadas se destaca do conjunto. Todas, supostamente, mostram flagrantes do pleito eleitoral na cidade de Porto Alegre. Retratam ambientes internos, sendo que as duas de baixo trazem em primeiro plano “aspectos das mesas eleitoraes”, tal como se pode ler no texto logo abaixo das imagens.

A primeira foto, à esquerda, é a única que apresenta uma mulher, motivo pelo qual será a única aqui comentada.<sup>42</sup> O que temos retratado neste instantâneo fotográfico? Em primeiro plano, ressalta-se a figura de uma mulher bem vestida, com algo na mão esquerda, talvez um envelope, congelada no ato de entrar em cena, aparência reforçada pelo gesto de empurrar a cortina com a mão direita e a posição do seu corpo, com o pé esquerdo mais à frente. A legenda esclarece: “Uma eleitora saindo do interior de uma cabina”. Mais uma vez, se não se contasse com o recurso do texto, dificilmente se poderia afirmar que se tratava da inédita participação feminina no pleito eleitoral. Como indica Barthes, a legenda leva a uma interpretação do retratado na imagem, dando uma conotação à fotografia que, talvez, não fosse possível, se não se contasse com a conjunção da imagem com o texto. A participação da mulher é mais uma vez retratada de forma evasiva, sem destaque algum, pelo menos nas imagens colhidas até então no jornal.

Entretanto, esta página é rica em informações textuais sobre as eleições. As palavras que iniciam o texto dão destaque ao **aspecto de ordem e camaradagem** que prevaleceu nas três zonas eleitorais em que a cidade de Porto Alegre foi dividida. Mais uma vez, é a questão da ordem que merece destaque pelos jornalistas, tal qual já foi salientado na primeira página desta mesma edição, ao se relatar como foi o desenrolar das eleições na Capital Federal. Na primeira coluna da página oito é dado a conhecer que todo o comércio fechou suas portas “para que todos pudessem exercer o direito do voto”. Também é informado que, “como preceitua a lei, a votação começou às 8 horas, tendo se prolongado até as 18 horas”. Informa-se, também, que a média de comparecimento em cada uma das seções de votação foi de 300 eleitores.

A presença feminina é mencionada em vários momentos, tais como em flagrantes captados em entrevistas pelos repórteres que cobriram o evento na capital gaúcha. Na coluna dois e três, sob o título “Alguns momentos com uma professora”, pode-se observar um desses flagrantes. Acompanhemos a narração do fato, que também fornece outras informações sobre as eleições em Porto Alegre:

Subíamos a escadaria da Faculdade de Medicina, quando nos encontramos com uma professora de um dos nossos principais estabelecimentos de ensino. Interrogamos:

– Senhorita, por aqui? Já votou?

– Sim, neste momento. Fui o número cento e tanto...

– Qual a sua impressão? Diga-me alguma coisa para transmitir aos leitores do “Correio do Povo”...

A impressão que tenho é magnífica em relação ao segredo do voto. Entretanto, vou-lhe fazer uma observação quanto à demora na chamada do eleitor ou da eleitora, para votar. São mais de três horas e só agora foi alcançado o número 140... Tudo isso poderia ter sido evitado se a organização das listas fosse feita na devida ordem. Um tempo enorme para se encontrar o nome do votante. Não previram esse transtorno aqueles que estão habituados a esse serviço. Esperemos, [ilegível] para o futuro, que, com a experiência que tivemos agora, nos dará um outro sistema mais rápido de chamada.

Com referência ao entusiasmo, pela eleição, ali estão os votantes em massa, cada qual esperando a sua vez. Muita lisura e muito respeito ao voto. De facto, elle é secreto. É essa a minha impressão.

E, com essas palavras, de nós se despediu a eleitora.

Para essa professora, portanto, o voto secreto e a demora para votar, sobretudo a obtenção das senhas, foram os fatos dignos de nota. Como talvez não fosse esta a intenção original do repórter (ou do editor) – que parece procurar fatos mais pitorescos para publicar –, um pouco mais adiante, na coluna dois, aparece outra suposta entrevista, com outra mulher. Agora, sob o título de *Uma feminista*, o repórter assume um tom provocativo. Acompanhemos na íntegra a narração do encontro:

No pleito de hontem em Porto Alegre o feminismo esteve brilhantemente representado. Em quase todas as secções eleitoraes lá estavam as suas representantes.

No Pavilhão da Exposição funcionou a 41ª secção eleitoral, tendo naquella mesa votado diversas senhoras e senhoritas. Às 16 horas da tarde, mais ou menos, ali estivemos observando o movimento. Uma senhora elegantemente trajada, acabava de collocar a sua cedulla na urna e sahia do recinto destinado aos trabalhos daquella mesa eleitoral, quando resolvemos abordal-a, pedindo algumas palavras sobre a significação do grande pleito cívico.

– Já cumpriu o seu dever? – dissemos-lhe, com um sorriso.

– Pela primeira vez votei e estou satisfeita. Já conquistamos alguns direitos...

– E o direito do voto confere regalias... – aventuramos para provocal-a.

– Sim, concede regalias que ainda eram hontem excepcionaes. Mas, a lei vigente é uma lei liberal e comprehendeu, aliás em tempo, que às mulheres cabe uma missão de grande relevo.

Afastamo-nos. O movimento ia diminuindo sensivelmente.

As palavras daquella feminista definiam bem o grau do seu entusiasmo cívico.

Ainda nesta página, pode-se ler mais notícias sobre *O Entusiasmo do Elemento Feminino*:

As mulheres eleitoras compareceram quase em todas as secções. Foram, também, as primeiras a solicitar senhas, quando se abriram as portas das secções.

O elemento feminino soube mostrar-se interessado pela sorte do paiz, pois quase que não houve abstenções. De pé, pelos corredores ou nas immediações do recinto onde se feria o pleito, as eleitoras aguardavam alegres e resignadas a sua vez de depositar a cedula na urna.

O voto era secreto, como se sabe. Mas, para a mulher, o segredo não existe...

Todo o mundo, nas antesalas, estava informado de quaes os candidatos das preferencias das senhoras. Ellas mesmas exhibiam suas cedulas ou faziam questão de proclamar os nomes préviamente adoptados.

Numa secção da Escola de Engenharia deram-se factos interessantíssimos. Entre os votantes contavam-se muitas [sic] mulheres, o que contribuiu para que os trabalhos se desenrolassem agradaveis, entre sorrisos e mesuras...

– Sr. Presidente – dizia a eleitora ao depositar a cedula na urna – estou satisfeita por ter voado [sic] em...

– O voto é secreto, minha senhora. Portanto, nada estou votantes contavam-se muitas ter votado em...[sic]

– Nesse caso, doutor, faço questão que saiba que eu sou divorcista...

– Com muito prazer a felicito-a, atalhava o presidente, emquanto na sala perpassava um sussurro de comentarios jocosos...

Mais uma vez, as mulheres são descritas com os estereótipos já conhecidos, neste caso, como incapazes de guardar um segredo. Também se acentua que, com a presença feminina, o ambiente da votação era mais cordato, tal como era muito salientado, à época, sobre a suposta moralidade que as mulheres iriam trazer às eleições. Acredito que tais expectativas, possivelmente, deviam-se à influência do ideário positivista que reservava à mulher o papel de regenerar a vida social e moral. Mais uma vez, chama atenção a escolha de palavras para descrever o entusiasmo feminino em participar das eleições. Palavras como *ordem*, *alegria*, *resignação* são empregadas nas matérias e reportagens para descrever a espera das mulheres nas longas filas das seções eleitorais.

Como já referido anteriormente, a página nove foi dedicada a noticiar como ocorreram as eleições no interior do Rio Grande do Sul. Outra vez, o entusiasmo do *elemento feminino* é destacado. Nesta página, observa-se um conjunto de quatro fotografias ocupando cinco colunas, equivalente a aproximadamente 275 linhas. Mulheres são retratadas nas duas primeiras imagens, como se pode ver na Figura 6. Curiosamente, é somente nesta página interna (a de número nove) que, finalmente aparece uma mulher no ato de depositar o seu voto na urna, o mais conhecido gesto vinculado a uma eleição, como se pode observar no primeiro quadro da composição, na parte superior à esquerda. No próximo quadro, à direita, temos retratado um ambiente externo.



Figura 6: Flagrantes do dia da votação no interior do Rio Grande do Sul. Fonte: *Correio do Povo*, 5 de maio de 1933, p. 9.

Observa-se, em primeiro plano, um grande número de mulheres bem vestidas, sentadas em um banco à frente de uma casa. Também se pode observar uma senhora de pé, de costas para o fotógrafo, que parece estar conversando, e alguns homens sentados na ponta oposta do mesmo banco, perto das escadas, e, outros homens de pé. A legenda esclarece: “AO ALTO – Uma senhora collocando a cedula na urna e um grupo de eleitoras à espera de serem chamadas para votar”. O texto da página destaca que, no interior do Rio Grande do Sul – Bento Gonçalves, Uruguaiana e Alegrete, por exemplo –, as mulheres compareceram em grande número às mesas eleitorais. Excetuando a primeira imagem, mais uma vez, se necessita do recurso do texto para se entender ao que as fotografias se referem.

Porém, mais notícias sobre as eleições foram publicadas na contracapa desta edição (página 14). Nas colunas cinco e seis, ficamos sabendo como sucedeu o pleito na cidade de São Paulo. Novamente, é destacado o *entusiasmo* e a *participação das mulheres*. Também são divulgados, no final da página, entre as colunas de número três e sete, quatro fotos de candidatas a uma vaga na Assembleia Constituinte pelo Distrito Federal, tal como pode se verificar na Figura 7.



Figura 7: Candidatas a uma vaga na Assembleia Constituinte pelo Distrito Federal.  
Fonte: *Correio do Povo*, 5 de maio de 1933, p. 14.

A legenda, logo abaixo da imagem, informa:

Pela primeira vez, no Brasil, as mulheres vão exercer, hoje, o direito do voto, tomando parte nas eleições para deputados à Assembleia Constituinte. Não só votarão, como varias dellas concorrem ao pleito como candidatas a uma cadeira na Constituinte. É um episodio histórico da nossa vida política. A gravura reproduz [sic] quatro candidatas pelo Districto Federal. A partir da esquerda, Ilka Labarthe, Bertha Lutz, Georgina de Azevedo Lima e Nathercia da Silveira.

Destaca-se, nestas imagens das candidatas que, com exceção da retratada no terceiro quadro, com um chapéu cobrindo seus cabelos, todas as outras mostram o corte de cabelo “*a la garçonne*”, ou seja, curtos, e estão maquiadas. Isto pode indicar que as mulheres candidatas seguem as últimas tendências da moda, são “modernas”. Como salienta Michelle Perrot, este poderia ser mais um “empecilho” para estas mulheres, ao vincularem sua imagem a uma atitude moderna e contestadora dos costumes. Perrot também observa que, desde o século XIX, verifica-se que o poder dos costumes era mais forte do que as leis e que, se por um lado, os homens acreditavam nas capacidades morais das mulheres, até mesmo as exaltando como “uma força de regeneração, uma trama de continuidade; por outro, (...) as teme como um bloco de inércia que freia a modernidade”.<sup>43</sup> Podemos nos perguntar então se, ao se inserirem, de forma tão evidente nos “novos tempos”, não estariam essas mesmas mulheres, agora em pleno século XX, arriscando-se a não serem compreendidas e criando atritos com os membros mais conservadores da sociedade? Talvez sim, uma vez que nenhuma das mulheres citadas na notícia acima (Figura 7) conseguiu se eleger naquela eleição. No caso do Rio Grande do Sul, nenhuma candidata se apresentou para concorrer ao pleito eleitoral de 3 de maio.

Perrot relembra que até mesmo o *look* político,

tampouco foi elaborado para as mulheres. Femininas demais, elas suscitam o desejo que as transforma em objeto. Mais masculinas, elas atraem para si o sarcasmo. É preferível ter uma certa idade e uma aparência maternal. Na cena política, a mulher é um objeto deslocado, oferecido aos olhares masculinos.<sup>44</sup>

As edições de 7 e 9 de maio também trazem informações sobre as eleições. No dia 7, é publicado um panorama geral acerca dos países no mundo, onde o voto feminino já existia: Inglaterra, Dinamarca, Espanha, Finlândia, entre outros.<sup>45</sup> No dia 9, numa das páginas internas dedicadas ao noticiário, é vei-

culado um telegrama de Getúlio Vargas, no qual o chefe do governo provisório, dirigindo-se ao então Interventor Federal no Rio Grande do Sul, General Flores da Cunha, tece elogios sobre o bom andamento das eleições no estado. Acompanhemos um trecho das palavras de Getúlio Vargas:

Aproveito ainda o ensejo para salientar com louvores o abnegado esforço da magistratura rio-grandense pela maneira eficiente como se desempenhou da ardua tarefa que lhe foi confiada, applicando com intelligencia a lei que instituiu o voto secreto, o suffragio feminino e o novo processo eleitoral e tornou realidade uma das mais relevantes promessas da revolução.<sup>46</sup>

Relembre-se que a apuração dos votos para a escolha dos deputados constituintes começava no dia posterior ao pleito (4 de maio), estendendo-se até o dia 22 de junho. A Assembleia Nacional Constituinte foi instalada em 15 de novembro de 1933, ficando reunida até maio de 1935, mesmo após a nova Carta Magna ter sido promulgada, em 15 de julho de 1934, e Getúlio Vargas, eleito presidente da República.<sup>47</sup> A única mulher eleita deputada constituinte foi a Dr<sup>a</sup>. Carlota Pereira de Queiroz,<sup>48</sup> candidata pelo estado de São Paulo. Bertha Lutz, que concorreu pelo Distrito Federal, não conseguiu o número de votos suficientes para se eleger, ficando como suplente.<sup>49</sup>



Figura 8: A deputada Carlota Pereira de Queiroz. A deputada paulista Carlota Pereira de Queiroz num instantâneo apanhado especialmente para o *Correio do Povo*, na sala do café do Palácio Tiradentes no momento em que a illustre constituinte palestrava com os deputados Raul Fernandes e José de Almeida Camargo (serviço fotografico especial para o *Correio do Povo* chegado por via aérea.). Fonte: *Correio do Povo*, 17 de novembro de 1933, p. 1, colunas 7-9.

## Para concluir

O que se desejou desenvolver neste artigo foi tão somente reconstituir e analisar o que o jornal *Correio do Povo* considerou importante publicar, sobre o fato inédito da participação feminina no pleito eleitoral de 1933. Tanto as imagens, quanto os textos jornalísticos aqui examinados foram escolhidos por mostrar a participação feminina, na sua primeira inserção formal no mundo político brasileiro. Deu-se destaque ao que foi publicado no *Correio do Povo* de Porto Alegre por ser considerado um dos maiores periódicos do sul do Brasil na época em questão, o que lhe garantia visibilidade e legitimidade aos assuntos ali abordados.

O jornal apresenta a participação feminina no pleito, ora exaltando essa conquista, ora sugerindo certo ceticismo, ironia, ou mesmo descrença nesse novo papel da mulher. Não deve passar despercebida a escolha dos editores do periódico em deixar, para as páginas internas, as imagens que mostram, de

fato, mulheres depositando seu voto nas urnas. Talvez uma forma de mostrar que o assunto não deveria merecer muito destaque, ou ainda, uma forma de diminuir o impacto da novidade da entrada das mulheres na cena eleitoral brasileira. Outro aspecto que merece destaque é que, sem as legendas, muitas das fotografias publicadas poderiam ser articuladas a qualquer evento – e não, necessariamente, às primeiras eleições, no Brasil, nas quais as mulheres tiveram o direito de votar e de serem eleitas.

Palavras como “entusiasmo”, “ordem” e “euforia” foram empregadas pelos articulistas do *Correio do Povo* ao se referirem à participação das mulheres no pleito, enfatizando o papel da figura feminina para a moralização do país e para o processo eleitoral. Tal vinculação da mulher com a regeneração da vida social e moral, parece sugerir, ainda na década de 30, a permanência de valores positivistas na sociedade gaúcha.

*Revisão e edição: Maria Aparecida Rezende Mota*

## Notas

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão reduzida e modificada de capítulo da dissertação de mestrado intitulada “O voto da costela: o sufrágio feminino no *Correio do Povo* (1930-1934), desenvolvida sob a orientação da professora Sandra Brancato e defendida, em 2008, na PUCRS. Agradeço a Tatiana Vargas Maia pela revisão do texto em inglês. As imagens foram captadas diretamente das páginas do jornal *Correio do Povo* com uma câmara digital Kodak EasyShare, modelo C360, e retrabalhadas através do programa Macromedia Fireworks 8, numa tentativa de melhorar a nitidez, o que nem sempre se conseguiu.

<sup>2</sup> Uma exceção é a Nova Zelândia, que estabeleceu o sufrágio feminino em 1893. Quanto à conquista do direito das mulheres ao voto, seguem alguns exemplos: a Inglaterra, em 1918 (com caráter restritivo); a Espanha, em 1931; França em 1944; a Itália, em 1945, e a Suíça, em 1971.

<sup>3</sup> Uma breve cronologia da conquista feminina ao voto na América Latina: Equador, 1929 (facultativo até 1967); Brasil, 1932; Uruguai, 1932; Cuba, 1934; El Salvador, 1939 (facultativo até 1950); República Dominicana, 1942; Jamaica, 1944; Guatemala, 1945 (optativo até 1956); Trinidad Tobago, 1945; Venezuela, 1946; Panamá, 1946; Argentina, 1947; Suriname, 1948; Chile, 1949; Costa Rica, 1949; Bolívia, 1952; Guiana, 1953; Honduras, 1954; México, 1954; Peru, 1955; Colômbia, 1957; Nicarágua, 1957; Bahamas, 1964; Paraguai, 1967. Cf. SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Votos e partidos: Almanaque de Dados Eleitorais. Brasil e outros países*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 297-303.

<sup>4</sup> CANÊDO, Letícia. B. (Org.). *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005. p. 19.

<sup>5</sup> HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais, e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 87.

<sup>6</sup> Verbete “Código Eleitoral de 1932”. In: PORTO, Walter Costa. *Dicionário do voto*. São Paulo: Giordano, 1995. p. 183-189.

<sup>7</sup> Entenda-se por sistema eleitoral “o conjunto de regras que define como em uma determinada eleição o eleitor pode fazer suas escolhas e como os votos são contabilizados para serem transformados em mandatos”. Cf. NICOLAU, Jairo. *Sistemas eleitorais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p.10.

<sup>8</sup> A obrigatoriedade para o alistamento das funcionárias públicas foi contestada e retirada, como publicado na terceira página do *Correio do Povo* de 23 de fevereiro de 1933. A Constituição de 1937 repetiu, em seu artigo 117, a disposição do artigo 108 da Carta anterior, omitindo qualquer determinação quanto à obrigatoriedade do alistamento ou do voto feminino. Apenas em 28 de maio de 1945, com o decreto-lei nº 7.586, é que, tanto o alistamento, quanto o voto passaram a ser obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos, salvo as mulheres que não exercessem profissão lucrativa. Apenas na Constituição de 1946, tem-se a afirmação de que, tanto o alistamento quanto o voto, passam a ser obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos, como previsto no artigo 133. Mais informações em PORTO, Walter Costa. *História eleitoral do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1989. vol.1, p. 219-220.

<sup>9</sup> Tal como informa PORTO, Walter Costa, *op. cit.*, p. 235, a Justiça Eleitoral seria “silenciada” após o golpe de 10 de novembro de 1937 (nenhuma eleição se realizou durante o Estado Novo). Somente em 28 de maio de 1945, com o decreto nº 7.586, a Justiça Eleitoral seria restaurada no Brasil.

<sup>10</sup> CANEDO, Letícia Bicalho. Aprendendo a Votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (Org.). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 532.

<sup>11</sup> NICOLAU, Jairo. *A participação eleitoral no Brasil*. Disponível em: <<http://www.brazil.ox.ac.uk/workingpapers/Nicolau26.pdf>> Acesso em: 24/4/2007.

<sup>12</sup> As novas regras da eleição de 3 de maio de 1933 foram publicadas em destaque no *Correio do Povo*, em 23 de fevereiro, 16 e 19 de abril de 1933.

<sup>13</sup> Estes números fazem parte da tabela sobre as eleições presidenciais no Brasil de 1894-1945, apresentada em LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p.125. Quanto à reconstrução dos dados anteriores a 1945, no que se refere aos resultados eleitorais, é considerada “uma tarefa difícil para os pesqui-

dores, devido à dispersão dos documentos e do descarte que muitos deles sofreram antes da criação da Justiça Eleitoral”. Tal como afirma NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélgio. *Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul. 1823/2002*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2004, p.10. No sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) há somente dados a partir da votação de 1945. Ver <<http://www.tse.gov.br>>

<sup>14</sup> O *Correio do Povo* foi pesquisado no setor imprensa do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa em Porto Alegre.

<sup>15</sup> RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1983. p. 58.

<sup>16</sup> *Ibid.*, p. 57.

<sup>17</sup> Como informa DILLENBURG, Sérgio R. *Correio do Povo: História e memória*. Passo Fundo: EDIUPF, 1997. p. 69.

<sup>18</sup> Nas palavras de Antonio Firmo de Oliveira Gonzalez, na apresentação do livro de GALVANI, Walter. *Um século de poder: os bastidores da Caldas Júnior*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. p. 5.

<sup>19</sup> NOLL; TRINDADE, *op. cit.*, p. 73. Para os dados completos do número de cadeiras por estado da federação, ver GOMES, Ângela de Castro. Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935). In: GOMES, Ângela de Castro *et al.* *O Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p.24. Os dados apresentados por Ângela de Castro Gomes mostram certa discordância em relação aos apresentados no *Correio do Povo* que salienta que 36 candidatos disputaram as vagas de deputado constituinte pelo Rio Grande do Sul, ou seja, oito a mais do que os considerados pela autora. O jornal também informa que o número de cadeiras do Rio Grande do Sul são dezesseis.

<sup>20</sup> Os objetivos principais professados pela Liga Eleitoral Católica eram o ensino religioso facultativo nas escolas, a assistência religiosa aos soldados e marinheiros, e o combate ao divórcio.

<sup>21</sup> Segundo NASCIMENTO, Kelly Cristina. *Entre a mulher ideal e a mulher moderna: representações femininas na imprensa mineira – 1873-1932*. 2006. 171 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p.151. Apesar de a autora encerrar seu trabalho no ano de 1932, na pesquisa aqui apresentada, pôde-se constatar que, no que diz respeito ao voto secreto, esse tema foi muito menos abordado pelo *Correio do Povo* do que a questão do voto feminino. Quero deixar claro que, apesar de o tema do voto secreto não ter sido desenvolvido neste artigo, tal assunto consta do jornal.

<sup>22</sup> *Correio do Povo*, 17/03/34, p. 1.

<sup>23</sup> Como noticiado em 13 de agosto de 1933 (*Correio do Povo*, p. 1), a anulação do pleito no Mato Grosso teve como consequência direta o adiamento da convocação da Constituinte em mais de 40 dias até o término da apuração das novas eleições.

<sup>24</sup> GOMES, *op. cit.*, p. 24.

<sup>25</sup> NICOLAU, *op. cit.*, p. 37.

<sup>26</sup> *Ibid.*, p. 42. Creio ser este o motivo de um estado como o Rio Grande do Sul, que possuía um pouco mais de 84 mil eleitores, ter contabilizado mais de 168 mil votos apurados.

<sup>27</sup> NOLL; TRINDADE, *op. cit.*, p. 25. Tais dados podem também ser aferidos em FUNDAÇÃO de Economia e Estatística do Estado. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre: FEE, 1981.

<sup>28</sup> *Ibid.*, p. 42. Grande parte dos dados apurados e apresentados pelos autores, anteriores a 1945, é baseada nos jornais da época. Para dados das eleições, a partir de 1945, consultar também o sítio eletrônico do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense (NUPERGS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: <<http://www.nupergs.ifch.ufrgs.br>>

<sup>29</sup> Ver *Correio do Povo*, 6/7/1933, p. 9. O sistema eleitoral proposto no Código Eleitoral partia de uma complicada fórmula de representação proporcional para se reconhecer os vencedores do pleito, tendo-se que recorrer ao quociente eleitoral e ao quociente partidário. Para maiores informações consultar o decreto n. 21.076 de 24 de fevereiro de 1932, Código Eleitoral, Parte quarta – Capítulo II.

<sup>30</sup> O anteprojeto constitucional foi elaborado pela “subcomissão do Itamarati”, criada em 1932, através do decreto n. 21.402, de 14 de maio de 1932, para dar forma ao Anteprojeto da Constituição.

<sup>31</sup> *Correio do Povo*, 5/5/1933.

<sup>32</sup> *Correio do Povo*, 5/5/1933. Tal notícia é apresentada na íntegra, pois traz elementos interessantes: mostra como as notícias dos jornais de outras capitais eram analisadas e resumidas pelos jornalistas do *Correio do Povo*; também se observa a escolha de um tema inusitado que capte a atenção dos leitores.

<sup>33</sup> MAUAD, Ana Maria. Fotografia e História – possibilidades de análise. In: CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda (Orgs.). *A leitura de imagens na pesquisa social*. História, Comunicação e Educação. São Paulo: Cortez, 2004. p. 26. Parte da discussão sobre o trabalho com fontes iconográficas foi desenvolvida em KARAWEJCZYK, Mônica. “O Voto de saias”: breve análise das imagens veiculadas na *Revista do Globo* (1930-1934). *História, imagem e narrativas* n.º 3, ano 2, setembro de 2006, p. 26-56. Disponível em <<http://www.historiaimagem.com.br/edicao3setembro2006/votodesaias.pdf>>

<sup>34</sup> KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. São Paulo: Ateliê, 2002, p. 59.

<sup>35</sup> KOSSOY, *op. cit.*, p. 33.



- <sup>36</sup> DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. São Paulo: Papirus, 1993. O autor explora essas ideias no capítulo: “Da verossimilhança ao índice: pequena retrospectiva histórica sobre a questão do realismo na fotografia”.
- <sup>37</sup> BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso*. Ensaios Críticos III. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 15.
- <sup>38</sup> MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história. Interfaces. *Tempo*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996. p. 73-98. Disponível em <<http://www.historia.uff.br/labhoi/publicacoes>> Acesso em 19/5/2006. p. 83.
- <sup>39</sup> BARTHES, *op. cit.*, p. 21.
- <sup>40</sup> KOSSOY, *op. cit.*, p. 55. Grifo do autor.
- <sup>41</sup> SOUSA, Jorge Pedro. Elementos de jornalismo impresso. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>> Acesso em 16/9/2007.
- <sup>42</sup> Esta fotografia é a mesma apresentada anteriormente na Figura 3. A mesma imagem também foi publicada na *Revista do Globo*, em 17 de maio de 1933, e analisada em KARAWEJCZYK, *op. cit.*, p. 49-50.
- <sup>43</sup> PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: EDUSC, 2005, p. 266.
- <sup>44</sup> *Ibid.*, p. 339.
- <sup>45</sup> Para maiores detalhes, consultar *Correio do Povo*, 7/5/1933, p. 9.
- <sup>46</sup> Ainda na página de número nove, pode-se verificar na sétima e na oitava colunas, a informação de que, na cidade de Santa Cruz, o eleitorado feminino ultrapassou 30% do eleitorado total da cidade.
- <sup>47</sup> Para a eleição de presidente, foi aplicada a fórmula da escolha indireta, por escrutínio secreto e maioria dos votos do parlamento. Getúlio Dornelles Vargas ganha a eleição por 173 votos contra 59 dados a Antonio Augusto Borges de Medeiros. Vargas tomou posse no dia 17 de julho de 1934. Cf. PORTO, *op. cit.*, p. 239 e 244.
- <sup>48</sup> Carlota Pereira de Queirós (ou Queiroz) nasceu em São Paulo, no dia 13 de fevereiro de 1892. Em 1920, já professora formada, ingressa na Faculdade de Medicina de São Paulo. O ano de 1923 a encontra dirigindo a Escola Noturna Feminina de São Paulo e reingressando na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde se forma em 1926, com tese sobre o câncer, pela qual recebeu o prêmio Miguel Couto. Neste mesmo ano, torna-se diretora da Escola das Mãeszinhas do Hospital Artur Bernardes, no Rio de Janeiro. Em 1928, assume a chefia do laboratório da clínica pediátrica da Faculdade de Medicina de São Paulo. No ano seguinte, viaja para a Suíça, comissionada pelo governo de São Paulo, para estudar dietética infantil. Em 1932, deixa o laboratório da clínica pediátrica e, durante a Revolução Constitucionalista, organiza, à frente de 700 mulheres, o movimento de assistência aos feridos. Em maio de 1933, é a única mulher eleita deputada à Assembleia Nacional Constituinte, na legenda da *Chapa Única por São Paulo Unido*, indicada pela Federação dos Voluntários, organização política fundada em fins de outubro de 1932, por um grupo de oficiais e suboficiais paulistas, com o objetivo de congregar os voluntários que haviam participado da Revolução Constitucionalista. Faleceu em São Paulo, no dia 17 de abril de 1982. Cf. *Dicionário Histórico-biográfico Brasileiro pós-1930*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) – Fundação Getúlio Vargas. CD-ROM.
- <sup>49</sup> Em 27 de junho de 1933, o *Correio do Povo* publica uma notícia curiosa, informando que um grupo de mulheres cariocas fez um apelo ao sr. Miguel Couto para que ele aceitasse a cadeira de deputado pelo Estado do Rio de Janeiro e não pelo Distrito Federal, de forma que Bertha Lutz pudesse assumir a vaga, por ele liberada, como deputada constituinte. O pedido não foi aceito, ficando aqui o registro pelo inusitado da solicitação. Cf. *Correio do Povo*, 27/6/1933, p. 1.

## Referências bibliográficas

- BARTHES, Roland. *O Óbvio e o Obtuso*. Ensaios Críticos III. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- CANÊDO, Letícia Bicalho. Aprendendo a Votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (Orgs.). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.
- Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) – Fundação Getúlio Vargas. CD-ROM.
- DILLENBURG, Sérgio R. *Correio do Povo: história e memória*. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.
- DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. São Paulo: Papirus, 1993.
- FUNDAÇÃO de Economia e Estatística do Estado. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre: FEE, 1981.
- GALVANI, Walter. *Um século de poder: os bastidores da Caldas Júnior*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.
- GOMES, Ângela de Castro. Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935). In: GOMES, Ângela de Castro *et all.* *O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

- HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- KARAWEJCZYK, Mônica. "O Voto de saias": breve análise das imagens veiculadas na *Revista do Globo* (1930-1934). *História, imagem e narrativas*, n° 3, ano 2, setembro de 2006, p. 26-56. Disponível em: <<http://www.historiaimagem.com.br/edicao3setembro2006/votodesaias.pdf>>.
- \_\_\_\_\_. *O voto da costela*. O sufrágio feminino nas páginas do Correio do Povo (1930-1934). 2008. 290 f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. São Paulo: Ateliê, 2002.
- LOVE, Joseph L. *O Regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história. Interfaces. *Tempo*. Rio de Janeiro, v.1, n.2, 1996, p.73-98. Disponível em <<http://www.historia.uff.br/labhoi/publicacoes>>
- \_\_\_\_\_. Fotografia e História: possibilidades de análise. In: CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda (Orgs.). *A leitura de imagens na pesquisa social*. História, Comunicação e Educação. São Paulo: Cortez, 2004.
- NASCIMENTO, Kelly Cristina. *Entre a mulher ideal e a mulher moderna: representações femininas na imprensa mineira (1873-1932)*. 2006. 171 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- NICOLAU, Jairo. A participação eleitoral no Brasil. Disponível em: <<http://www.brazil.ox.ac.uk/workingpapers/Nicolau26.pdf>>
- NICOLAU, Jairo. *Sistemas eleitorais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélgio. *Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul. 1823/2002*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2004.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: EDUSC, 2005.
- PORTO, Walter Costa. *Dicionário do voto*. São Paulo: Giordano, 1995.
- \_\_\_\_\_. *História eleitoral do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1989, vol.1.
- RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1983.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Votos e partidos: Almanaque de Dados Eleitorais. Brasil e outros países*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

## RESUMO

*Este artigo busca elucidar o que o jornal Correio do Povo de Porto Alegre julgou adequado publicar sobre a primeira participação feminina nas eleições de 1933. O sufrágio universal e a igualdade do voto só foram conquistados, de uma maneira geral, nas primeiras décadas do século XX. Uma conquista feminina inegável, fazendo com que o Brasil se transformasse num dos países pioneiros na concessão do voto para as mulheres. Um longo caminho foi percorrido desde as primeiras manifestações ocorridas no século XIX até a conquista definitiva desse direito na década de 1930, no Brasil. O objetivo aqui pretendido é dar ênfase a esta conquista feminina na ótica do jornal, através da análise tanto dos seus artigos quanto das imagens escolhidas para ilustrar o fato.*

*Palavras-chave: voto feminino; eleições; década de 1930; fotografias; Correio do Povo.*

## ABSTRACT

*This article focuses on the treatment given to female participation in the 1933 elections by the newspaper Correio do Povo, from the city of Porto Alegre. Universal suffrage and equality of vote were generally only conquered during the first decades of the 20th century. An undeniable female achievement, making Brazil one of the first countries to grant the right of vote to women. A long path has been crossed since the first demonstrations of the 19th century until the definitive conquest of feminine suffrage in the 1930s in Brazil. The aim of this work is to give emphasis to this female achievement through the approach of the newspaper, analyzing both articles and images chosen to illustrate this movement.*

*Keywords: female vote; elections; 1930s; photographs; Correio do Povo.*